EDITAL Nº 183, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009 e Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que as Leis Complementares Estaduais 55/2009 e 95/2014 são omissas quanto ao procedimento de remoção nos casos de vagas surgidas em decorrência da lei, como sói o caso (LC 95/2014);

CONSIDERANDO a deliberação do CSDP, exarada na 1ª Sessão Extraordinária do dia 19/01/2015, que autorizou a abertura dos concursos de remoção e promoção em decorrência da criação legal de novos cargos de Defensor Público;

CONSIDERANDO a possibilidade de um mesmo candidato concorrer para todos os Órgãos de Atuação disponíveis, aplicando-se como critério objetivo definidor do vencedor a antiguidade na respectiva Classe;

CONSIDERANDO que o procedimento em questão não traz nenhum prejuízo aos candidatos habilitados nem tampouco à Administração Pública;

CONSIDERANDO a possibilidade de aplicação analógica do artigo 4º da Resolução CSDP nº 99/2013, que dispõe: "No caso de promoção de vagas que surgirem em tempo simultâneo, seja através da criação por força de lei ou de vacâncias em data idênticas, o edital deverá apenas informar o critério de alternância de cada uma, possibilitando ao Defensor Público a escolha da Defensoria Pública ou Órgão de Atuação, conforme ordem de sua preferência",

CONSIDERANDO o resultado final do concurso de remoção inaugurado pelo Edital nº 152/2015, divulgado através do Edital nº 175/2015, de 1º de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o prazo de 15 (quinze) dias ininterruptos para que os Defensores Públicos de 1ª Classe interessados no provimento das vagas abaixo especificadas, manifestem-se, nos termos do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 55/2009, dirigindo requerimento ao Defensor Público-Geral, via correio eletrônico com aviso de recebimento, para gabinete@defensoria.to.gov.br.

ORGÃO DE ATUAÇÃO	ORGÃO DE EXECUÇÃO
4ª DEFENSORIA PÚBLICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES - NÚCLEO REGIONAL DE ARAGUAÍNA	01 VAGA
23ª DEFENSORIA PÚBLICA CRIMINAL - NÚCLEO REGIONAL DE PALMAS	01 VAGA

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

DADO e PASSADO nesta cidade de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLON COSTA LUZ AMORIM
Defensor Público-Geral

**ANEXO I
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEFENSOR PÚBLICO-GERAL**

REQUERENTE			
CLASSE	POSSE	EXERCÍCIO	MATRÍCULA
LOTAÇÃO			
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR		CPF
O(a) Requerente, acima qualificado(a), nos termos do Edital nº 183/2015 postula concorrer à remoção para os Órgãos de Atuação abaixo especificados: 1ª Opção: _____; 2ª Opção: _____ _____, _____ de _____ de 2015. Assinatura do Requerente			

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015**

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 779, de 25 de junho de 2015, torna público que fará realizar na Sala de Licitações da sede administrativa, situada à Quadra 502 Sul, Avenida Teotônio Segurado, s/nº, Plano Diretor Sul, em Palmas-TO, no dia 1º (primeiro) de outubro, do corrente ano, às 08hs:30min (oito horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 09/2015, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de contratar empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO. O Edital está disponível no sítio: www.defensoria.to.gov.br.

Palmas - TO, 09 de setembro de 2015.

Cecília Medeiros Figueiredo
Pregoeira

CORREGEDORIA-GERAL**PORTARIA Nº 022, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.**

A CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VI, do artigo 11, da Lei Complementar Estadual nº 55, de 27 de maio de 2009, e artigo 20 da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, bem como pela Resolução - CSDP nº 102, de 04 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial nº 3.979, de 09 de outubro de 2013, e:

CONSIDERANDO que cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o Estágio Probatório de Defensores Públicos e Servidores efetivos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 7º da Resolução-CSDP nº 102, de 04 de outubro de 2013, o processo de avaliação será realizado por uma Comissão formada por um Defensor Público, que será o presidente, e por dois servidores efetivos, designados pela Corregedoria-Geral,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir desta data, os membros e suplentes da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho - CAED:

LETÍCIA CRISTINA AMORIM SARAIVA DOS SANTOS MOURA, Defensora Pública de 1ª Classe, matrícula funcional nº 886489-6, Presidente;

ALESSANDRA SANTOS SANTANA, detentora de cargo efetivo de Administrador, matrícula funcional nº 905785-4, 1º Membro;

MARCELO TRAJANO ALVES, detentor do cargo efetivo de Operador de Micro, matrícula funcional nº 908391-0, 2º Membro;

FÁBIO MONTEIRO DOS SANTOS, Defensor Público de 1ª Classe, matrícula funcional nº 874196-4, suplente;

LUCIMARA ANDREIA MOREIRA RADDATZ, detentora de cargo efetivo de Analista Técnico Jurídico, matrícula nº 88654-5, suplente;

ALINE MARTINS COELHO, detentora do cargo efetivo de Analista de Gestão Especializado - Ciências Jurídicas, matrícula funcional nº 908002-3, suplente;

MICHELLE ALVES CAVALCANTE DE CASTRO MARINHO, detentora de cargo efetivo de Assistente de Defensoria Pública, matrícula nº 908003-1, suplente.

Art. 2º Designar a Servidora ALESSANDRA SANTOS SANTANA para secretariar a Comissão.

Art. 3º A Portaria nº 008, de 06 de abril de 2015, produz efeitos até a conclusão dos procedimentos nº 006/2014, 007/2014, 032/2014, 045/2014 e 011/2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no ato de sua assinatura.

Gabinete da Corregedora-Geral da Defensoria Pública, em Palmas, aos dois dias do mês de setembro de 2015.

ESTELLAMARIS POSTAL
Corregedora-Geral da Defensoria Pública